

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Diretores e Associados da
CASA DO MICROCRÉDITO
Tubarão - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **CASA DO MICROCRÉDITO** (“Organização”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CASA DO MICROCRÉDITO** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) de microcrédito, Entidades sem Finalidade de Lucro (NBC ITG 2.002/15-R1) e Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (NBC TG 1.000-R1).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Organização, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras comparativas

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 apresentadas comparativamente, foram anteriormente examinadas por outros auditores que emitiram seu relatório em 04 de março de 2019, sem modificações. Conforme descrito na nota explicativa nº 2.1 estas demonstrações financeiras estão sendo reapresentadas com a ciência dos auditores anteriores.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) de microcrédito, Entidades sem Finalidade de Lucro (NBC ITG 2.002/15-R1), Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (NBC TG 1.000-R1) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Organização continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Organização ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Organização são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da organização.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Organização. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Organização a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Criciúma (SC), 12 de março de 2021.


MURILO CÉSAR KLEIN
Contador CRC (SC) nº 030755/O-5

Martinelli
AUDITORES

MARTINELLI AUDITORES
CRC (SC) nº 001.132/O-9

CASA DO MICROCRÉDITO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO SEMESTRE
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

CASA DO MICROCRÉDITO
BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE
(Em Reais)

ATIVO	Nota	2020	2019
		(Reapresentado)	
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.1	6.871.100	7.666.236
Operações de Crédito	4.2	10.992.588	9.898.002
Adiantamentos	4.4	51.361	100.798
Mútuo com Parte Não Relacionada	4.5	145.717	-
Outros Créditos	4.6	31.878	19.079
Despesas a Apropriar		40.792	-
Total do Ativo Circulante		18.133.436	17.684.115
NÃO CIRCULANTE			
Operações de Crédito	4.2	5.627.738	3.632.278
Mútuo com Parte Não Relacionada	4.5	649.126	794.843
Total do Realizável a Longo Prazo		6.276.864	4.427.121
Investimentos	4.7	444.061	397.313
Imobilizado	4.8	193.279	126.302
Intangível	4.9	39.120	5.389
Propriedades para Investimento	4.10	583.352	588.551
Total do Ativo Não Circulante		7.536.676	5.544.676
TOTAL DO ATIVO		25.670.112	23.228.791

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras".

CASA DO MICROCRÉDITO
BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE
(Em Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL	Nota	2020	2019
		(Reapresentado)	
CIRCULANTE			
Contas a Pagar	5.1	48.411	48.208
Obrigações Sociais	5.2	341.836	333.964
Obrigações Tributárias	5.3	33.819	34.211
Empréstimos e Financiamentos	5.4	3.772.875	2.713.629
Outros Valores a Pagar		26.561	6.063
Total do Passivo Circulante		4.223.502	3.136.075
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e Financiamentos	5.4	10.248.645	8.992.369
Provisões para Contingências	5.5	83.484	95.079
Total do Passivo Não Circulante		10.332.129	9.087.448
PATRIMÔNIO SOCIAL			
Patrimônio Social	6	11.005.268	10.232.327
Superávit Acumulado		109.213	772.941
Total do Patrimônio Social		11.114.481	11.005.268
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL		25.670.112	23.228.791

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras".

CASA DO MICROCRÉDITO
DEMONSTRAÇÃO DOS SUPERÁVITS DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE
 (Em Reais)

		2020	2019
Receita com Programas de Crédito	8.1	5.843.654	5.587.008
Custo com Programas de Créditos	8.2	(2.068.839)	(1.353.300)
Superávit Bruto		3.774.815	4.233.708
<i>Despesas Operacionais</i>			
Despesas com Pessoal		(2.230.488)	(2.378.440)
Despesas Administrativas		(943.632)	(972.609)
Despesas Comerciais	8.3	(607.253)	(659.759)
Outras Receitas (Despesas)	8.4	161.014	168.883
Total das Despesas Operacionais		(3.620.359)	(3.841.925)
Superávit Antes do Resultado Financeiro		154.456	391.783
Receitas Financeiras	8.5	561.440	811.316
Despesas Financeiras	8.5	(606.683)	(430.158)
Superávit do Exercício		109.213	772.941

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras".

CASA DO MICROCRÉDITO
DEMONSTRAÇÃO DOS SUPERÁVITS ABRANGENTES DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE
(Em Reais)

	2020	2019
		(Reapresentado)
Superávit do Exercício	109.223	772.941
Outros Componentes do Resultado Abrangente	-	-
Total do Superávit Abrangente do Exercício	109.223	772.941

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras".

CASA DO MICROCRÉDITO**MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM**

(Em Reais)

	Nota	Patrimônio Social	Superávit Acumulados	Patrimônio Social Total
Em 31 de dezembro de 2018		9.769.992	525.321	10.295.313
Em 01 de janeiro de 2019 (Reapresentado)	2.1	-	(62.986)	(62.986)
Transferência para Patrimônio Social		462.335	(462.335)	-
Superávit do Exercício		-	772.941	772.941
Em 31 de dezembro de 2019 (Reapresentado)		10.232.327	772.941	11.005.268
Transferência para Patrimônio Social		772.941	(772.941)	-
Superávit do Exercício		-	109.213	109.213
Em 31 de dezembro de 2020		11.005.268	109.213	11.114.481

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras".

CASA DO MICROCRÉDITO
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE
MÉTODO INDIRETO
(Em Reais)

	2020	2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit do Período	109.213	772.941
Ajustado por:		
Depreciação e Amortização	45.101	36.591
Provisão para Contingência	(11.595)	30.728
Variação nos Ativos e Passivos Operacionais		
Contratos a Receber	(3.090.046)	(2.112.846)
Adiantamentos	49.437	6.273
Outros Créditos	(12.799)	3.852
Despesas a Apropiar	(40.791)	-
Obrigações Sociais	7.872	(27.937)
Obrigações Tributárias	(392)	276
Outras Contas a Pagar	20.700	1.892
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	(2.923.300)	(1.288.230)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Adição de Ativo Imobilizado e Intangível	(148.289)	(50.919)
Baixa de Ativo Imobilizado	2.480	-
Baixa de Propriedades para Investimento	5.199	5.000
Variação de Investimentos	(46.748)	(191.820)
Caixa Líquido das Atividades de Investimento	(187.358)	(237.739)
FLUXO DE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Variação de Empréstimos e Financiamentos	2.315.522	2.772.025
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	2.315.522	2.772.025
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(795.136)	1.246.056
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	7.666.236	6.420.180
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	6.871.100	7.666.236

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras".

CASA DO MICROCRÉDITO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS **DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

(Em Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Casa do Microcrédito é uma Organização Civil sem fins lucrativos, com sede e foro no Município de Tubarão, no Estado de Santa Catarina, à Avenida Marcolino Martins Cabral, nº 1938 – Centro. Em 26 de julho de 2002 foi qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) nos termos da Lei n. 9.790/99. Seus objetivos consistem em:

- I. Promover o desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;
- II. Experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;
- III. Apoiar empreendedores de baixa renda, através da concessão de crédito e orientação, visando à criação, o crescimento e a consolidação de empreendimentos de micro e pequeno porte, formais ou informais, sob a forma de pessoas físicas ou jurídicas;
- IV. Promover o desenvolvimento socioeconômico de famílias de baixa renda através da concessão de crédito para aquisição de bens de consumo duráveis novos ou usados, formação profissional, tratamento de saúde, melhorias do meio de transporte e habitação, visando o aumento da renda familiar e da capacidade empreendedora dos beneficiários;
- V. Promover, com recursos livres, assistência creditícia a empreendedores cujas condições diferenciadas no que se refere ao grau de risco possa resultar em ativos financeiros de maior rentabilidade de forma a assegurar suporte financeiro para ações de cunho social;
- VI. Prestar assistência técnica e capacitação a micro e pequenos empreendedores e seus empregados visando à melhoria da gestão e o aumento da competitividade dos empreendimentos;
- VII. Administrar recursos financeiros repassados através de termos de parceria por entidades públicas ou privados, de acordo com a legislação em vigor;
- VIII. Participar do capital social de Sociedades de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte nos termos da legislação em vigor e normas do Banco Central do Brasil, bem como de empresas desenvolvedoras de sistemas informatizados, empresas de tecnologia financeira denominadas “Fintechs” e microsseguradoras;
- IX. Buscar como resultado da gestão da instituição o equilíbrio entre o desempenho financeiro e o desempenho social, com procedimentos alinhados com os padrões universais de gestão de desempenho social, através da observância de princípios para proteção aos clientes externos e internos com transparência, dentro de um contexto de práticas responsáveis e crédito orientado;
- X. Promover a educação e inclusão financeira do público alvo através da utilização de plataformas eletrônicas, meios eletrônicos de pagamentos, contas digitais, máquinas de cartões e aplicativos, de acordo com legislação em vigor que regula os Arranjos de Pagamentos no Brasil.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) de microcrédito, as quais levam em conta as normas para Entidades sem Finalidade de Lucro (NBC ITG 2002/15-R1) e Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (NBC TG 1.000-R1), ambas aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A administração da instituição autorizou a emissão das demonstrações financeiras em **08 de fevereiro de 2021**.

2.1 Reapresentação das Demonstrações Financeiras

Em virtude da alteração da apresentação de relatório com a composição dos investimentos, por parte da instituição detentora dos recursos do fundo garantidor com Associação de Garantia de Crédito Santa Catarina- SC GARANTIAS, as demonstrações financeiras comparativas de 31 de dezembro de 2019 estão sendo reapresentadas, com o investimento ajustado no montante de R\$ 62.986, conforme nota explicativa (4.7). Essas alterações impactaram os saldos anteriores do balanço patrimonial (ativo não circulante) e das mutações do patrimônio líquido, não afetaram o demonstrativo de resultado e nem nas demonstrações dos fluxos de caixa da Empresa.

O quadro abaixo demonstra os saldos das contas afetadas como originalmente apresentados e como reapresentados:

ATIVO	2019 Reapresentado	Ajustes	2019 Divulgado
CIRCULANTE	17.684.115	-	17.684.115
NÃO CIRCULANTE	5.544.676	(62.986)	5.607.662
Realizável a Longo Prazo	4.427.121	-	4.427.121
Investimentos	397.313	(62.986)	460.299
Imobilizado	126.302	-	126.302
Intangível	5.389	-	5.389
Propriedades para Investimento	588.551	-	588.551
TOTAL DO ATIVO	23.228.791	(62.986)	23.291.777

PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL	2019 Reapresentado	Ajustes	2019 Anterior
CIRCULANTE	3.136.075	-	3.136.075
NÃO CIRCULANTE	9.087.448	-	9.087.448
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11.005.268	(62.986)	11.068.254
Patrimônio Social	10.232.327	(62.986)	10.295.313
Superávit Acumulado	772.941	-	772.941
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL	23.228.791	(62.986)	23.291.777

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.2 Compensação Entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

3.3 Instrumentos Financeiros

A Entidade classifica os seguintes instrumentos financeiros como instrumentos financeiros básicos:

- (a) Caixa e equivalentes de caixa; e,
- (b) Instrumentos de dívida.

Os instrumentos de dívida incluem as contas a receber e a pagar e os empréstimos a pagar, e estes são avaliados nas datas dos balanços pelo custo amortizado.

3.4 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras. São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos.

3.5 Operações de Crédito

As operações de crédito estão registradas pelo valor de emissão atualizado conforme disposições legais ou contratuais.

3.6 Registro de Provisão para Perdas Prováveis na Realização de Ativos

A Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD) é reconhecida nos percentuais estabelecidos na Resolução CMN nº 2.682 de 21 de dezembro de 1999, levando-se em consideração a análise de garantias e a experiência da instituição com seus clientes. O reconhecimento em perdas ocorre quando há 360 dias de atraso.

3.7 Bens Não de Uso Próprio

Os Bens Não de Uso Próprio estão reconhecidos pelo valor de custo na data da transação, tem sua origem bens originados em operações recebidas em dação em pagamento.

3.8 Investimentos

Os investimentos são avaliados pelo método de custo e submetidos ao teste de recuperabilidade, sendo reduzidos ao valor recuperável quando aplicável.

3.9 Ativo Imobilizado

Os valores constantes no Imobilizado estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por depreciações acumuladas.

As depreciações sobre os itens do ativo imobilizado são calculadas pelo método linear, levando-se em consideração a estimativa de vida útil-econômica dos bens.

3.10 Intangível

Demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização e de eventual provisão para ajustá-los a seus prováveis valores de realização, quando necessário.

3.11 Passivo Circulante e Não Circulante

O Passivo Circulante e o Passivo Não Circulante estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os juros, correção monetária, as variações monetárias correspondentes, e deduzidos das despesas a apropriar.

3.12 Contas a Pagar a Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e estão em conformidade com seus efetivos valores históricos.

3.13 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo custo da operação, ou seja, o valor presente a pagar aos terceiros, e, subsequentemente, demonstrado pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e o valor dos pagamentos é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.14 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Organização tem uma obrigação na data das demonstrações financeiras como resultado de eventos passados, é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação, e o valor foi estimado de maneira confiável.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do valor exigido para liquidar a obrigação na data das demonstrações financeiras. Quando o efeito do valor do dinheiro no tempo é material, o valor da provisão é o valor presente do desembolso que se espera que seja exigido para liquidar a obrigação.

3.15 Apuração do Resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência para apropriação de receitas, custos e/ou despesas correspondentes.

3.16 Isenções Tributárias

Por ser constituída e desenvolver suas atividades como instituição de direito privado sem fins lucrativos, prestando exclusivamente os serviços para os quais foi constituída, a Entidade possui isenção do Imposto Renda Pessoa Jurídica e do recolhimento das Contribuições Sociais, conforme o Art. 174 do Decreto nº 3.000/99 e Art. 15 da Lei n.9.532/97.

3.17 Estimativas Contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se utilize de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e Passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem provisão para créditos de liquidação duvidosa e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

4. ATIVO

4.1 Caixa e Equivalentes de Caixa

O saldo de caixa e equivalentes compreendem aos depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez e estão demonstradas a seguir:

	31.12.2020	31.12.2019
Banco Contas Operacionais	200.629	281.761
Aplicações Financeiras	6.670.471	7.384.475
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	6.871.100	7.666.236

As aplicações financeiras são remuneradas de 100% a 103% do CDI (igualmente em 2019) e tem seu vencimentos até 30 dias.

4.2 Operações de Crédito

O montante de créditos operacionais corresponde a empréstimos concedidos e registrados no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos líquidos de juros a receber.

Operações de Créditos	31.12.2020		31.12.2019	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Clientes de Microcrédito - BADESC	5.172.448	2.131.257	4.110.547	1.574.972
(-) Juros a Receber Microcrédito Badesc	(1.314.162)	(407.854)	(1.048.260)	(304.799)
Clientes Fundo Próprio	58.284	41.985	81.879	40.787
(-) Juros a Receber Fundo Próprio	(12.430)	(5.809)	(10.276)	(7.386)
Clientes de Programa Juro Zero	2.210.476	107.789	2.107.754	525.801
(-) Juros a Receber Juro Zero	(225.197)	(18.557)	(384.938)	(106.114)
Clientes de Fundo Próprio Recebíveis	190.604	-	349.271	-
(-) Juros a Receber Fundo Próprio Recebíveis	(5.272)	-	(15.834)	-
Clientes de Fundo Próprio Refinanciados	563.809	372.184	507.243	323.695
(-) Juros a Receber Fundo Próprio Refinanciados	(140.304)	(126.537)	(116.418)	(103.561)
Clientes de Microcrédito Oikocredit II	2.919.919	1.003.098	5.028.593	2.125.776
(-) Juros a Receber Oikocredit II	(691.993)	(189.302)	(1.351.338)	(436.892)
Clientes Direitos Creditorios	940.153	-	1.059.950	-
(-) Juros a Receber Direitos Creditórios	(31.884)	-	(41.187)	-
Clientes de Microcrédito Oikocredit III	3.160.016	3.759.228	181.995	-
(-) Juros a Receber Oikocredit III	(1.210.709)	(1.039.746)	(13.668)	-
Total Bruto	11.583.759	5.627.738	10.445.313	3.632.278
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(591.171)	-	(547.311)	-
Total Operações de Crédito	10.992.588	5.627.738	9.898.002	3.632.278

4.3 Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa

As distribuições das operações de crédito segundo a classificação por níveis de risco encontram-se assim demonstrados:

Dias de atraso	Nível de risco	31.12.2020			31.12.2019		
		Total	%Provisão	Valor	Total	%Provisão	Valor
em dia	AA	14.398.330	0,50%	71.991	11.470.759	0,50%	11.470.759
01 a 14	A	909.126	0,50%	4.546	927.419	0,50%	927.419
15 a 30	B	451.203	1,00%	4.512	386.996	1,00%	386.996
31 a 60	C	392.920	3,00%	11.788	393.148	3,00%	393.148
61 a 90	D	254.981	10,00%	25.498	208.758	10,00%	208.758
91 a 120	E	399.290	30,00%	119.787	214.532	30,00%	214.532
121 a 150	F	62.428	50,00%	31.214	135.835	50,00%	135.835
151 a 180	G	71.283	70,00%	49.898	78.792	70,00%	78.792
acima de 180	H	271.937	100,00%	271.937	261.349	100,00%	261.349
Total		17.211.497		591.171	14.077.591		547.311

4.4 Adiantamentos

Os adiantamentos encontram-se demonstrados no quadro abaixo:

	31.12.2020	31.12.2019
Adiantamento de Férias	20.745	21.486
Adiantamento a Fornecedores	15.913	-
Adiantamento de Salários	110	-
Adiantamentos- Liberação Conta Digital	14.593	79.312
Total Adiantamentos	51.361	100.798

4.5 Mútuo com Parte Não Relacionada

	31.12.2020	31.12.2019
Micromob Eireli – EPP Curto Prazo	145.717	-
Micromob Eireli – EPP Longo Prazo	649.126	794.843
Total Mútuo com Parte Não Relacionada	794.843	794.843

A rubrica de Mútuo refere-se a repasses de recursos à Pólcred SCMEPP Ltda, aprovado pela Ata da sexagésima segunda reunião do Conselho Diretor em 15 de janeiro de 2016. Tais valores serão utilizados pela mutuária para implantação da rede de estabelecimentos credenciados no âmbito do Arranjo de Pagamento junto a Micromob Eireli – EPP, sendo que o mesmo será reembolsado no prazo de 5 anos após carência de 60 meses, sem a incidência de encargo financeiro e/ou atualização monetária, e caucionado por 2.700.000 quotas no valor nominal de 1,00 cada, do capital social da Pólcred – Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e a Empresa de Pequeno Porte Ltda.

Conforme o ofício 2017/004, houve redução de gastos no desenvolvimento da Plataforma de Tecnologia de arranjos de pagamentos e com isso houve a isenção do pagamento da última parcela de R\$ 72.258,46, que deveria ser pago em dezembro de 2016. A Micromob Eireli – EPP entende que a não utilização da parcela não compromete o desenvolvimento de arranjos de pagamento proposto no contrato entre a contratante e contratada e nem altera as condições gerais do mesmo.

A Casa do Microcrédito, poderá exigir a quitação do contrato antecipadamente a medida que o volume de negócios dentro da rede de estabelecimento credenciados configure capacidade de pagamento à Micromob Eireli- EPP, de forma que os recursos liberados no âmbito deste instrumento possam retornar ao caixa da Casa do Microcrédito no menor tempo possível, sem prejuízo das prerrogativas constantes em contrato.

A devolução do Mútuo à Casa do Microcrédito será feita em 60 (sessenta) meses com primeiro pagamento realizado em 04 de fevereiro de 2021 (11 parcelas de R\$13.247). O saldo da dívida está garantido pela pessoa física do sócio.

4.6 Outros Créditos

Os saldos detalhados demonstram valores a receber referente a outros créditos.

	31.12.2020	31.12.2019
Linha sem juros- Crediup - Prefeitura Tubarão	16.198	-
Prog. apoio ao empreend. - Juro Zero Imbituba	12.529	-
IRRF a recuperar	12	12
Contas a receber	3.139	17.104
Outros créditos	-	1.963
Total Outros Créditos	31.878	19.079

4.7 Investimentos

Os saldos detalhados demonstram os valores das contas de Cota Capital e Fundo garantidor.

	Reapresentado	
	31.12.2020	31.12.2019
Cota Capital Sicredi Sul-SC	178.051	138.927
Fundo Garantidor	266.010	258.386
Total Investimentos	444.061	397.313

A conta investimento é composta por conta Cota Capital do Sicredi-Sul SC avaliados pelo custo de aquisição adicionados as distribuições de sobras e Juros ao capital.

Compõem ainda o saldo, os valores do Fundo garantidor com Associação De Garantia De Crédito Santa Catarina- SC GARANTIAS.

A Associação é constituída como uma associação civil, sem fins lucrativos, com prazo de duração indeterminado. Seu com objeto social é dar o apoio ao desenvolvimento econômico e social, proporcionando a seus associados acesso a crédito adequado aos empreendimentos, realizando para atingir seus fins, administração de fundos garantidores e de avais próprios e de terceiros, auditoria nas instituições conveniadas, assessoria administrativa, técnica, econômica, financeira, jurídica e, principalmente, prestação de garantias exclusivamente para Associados Beneficiários na condição de Microempreendedores, Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, conforme enquadramento da legislação em vigor em operações de crédito no âmbito do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, Programas Estaduais de Microfinanças e outros programas operacionalizados com recursos próprios, concedidas exclusivamente por instituições conveniadas e associadas.

4.8 Imobilizado

Os saldos detalhados demonstrando os custos de aquisição, depreciação acumulada e valor líquido são abaixo apresentados:

Descrição	Custo Aquisição	Adições	Baixas	(-) Depreciação Acumulada	Saldo Final 31/12/2020	Saldo Final 31/12/2019
Hardware	84.660	2.745	(2.160)	(79.277)	5.968	9.064
Móveis e Utensílios	128.630	19.817	(2.093)	(101.389)	44.965	32.858
Máquinas e Equipamentos	133.693	87.727	(3.677)	(75.397)	142.346	84.380
Total	346.983	110.289	(7.930)	(256.063)	193.279	126.302

4.9 Intangível

Os saldos detalhados demonstrando os custos de aquisição, amortização acumulada e valor líquido são abaixo apresentados:

Descrição	Custo Aquisição	Adições	(-) Amortização Acumulada	Saldo Final 31/12/2020	Saldo Final 31/12/2019
Software	41.692	38.000	(40.572)	39.120	5.389
Total	41.692	38.000	(40.572)	39.120	5.389

4.10 Propriedades para Investimento

A organização mantém registrados bens originados em operações recebidas em dação em pagamento.

	31.12.2020	31.12.2019
Terrenos localizados no Município de Tubarão/SC	583.352	583.352
Outros	-	5.199
Total Propriedades para Investimento	583.352	588.551

5 PASSIVO

5.1 Contas a Pagar

A rubrica de contas a pagar, refere-se aos pagamentos a efetuar a terceiros por conta de aquisição de bens e serviços e possui os saldos abaixo:

	31.12.2020	31.12.2019
Contas a Pagar	48.411	48.208
Total Contas a Pagar	48.411	48.208

5.2 Obrigações Sociais

As obrigações sociais e trabalhistas são calculadas sobre a remuneração soa colaboradores de acordo com o tempo de serviço (período aquisitivo) e com respectivos encargos apropriados pelo regime de competência.

	31.12.2020	31.12.2019
Salários e Ordenados a Pagar	79.503	69.398
Provisão para Férias	212.310	209.770
Encargos Sociais	50.023	54.796
Total Obrigações Sociais	341.836	333.964

5.3 Obrigações Tributárias

As obrigações fiscais e tributárias da Organização estão demonstradas a seguir:

	31.12.2020	31.12.2019
PIS s/ Folha a Recolher	1.638	1.741
COFINS a Recolher	483	1.167
IRRF a Recolher	31.281	30.898
PIS/COFINS/CSLL a Recolher	417	405
Total Obrigações Tributárias	33.819	34.211

5.4 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

	31.12.2020	31.12.2019
Circulante		
BADESC	1.482.585	1.377.070
Oikocredit	2.290.290	1.336.559
Total do Circulante	3.772.875	2.713.629
Não Circulante		
BADESC	5.765.774	5.765.774
Oikocredit	4.482.871	3.226.595
Total do Não Circulante	10.248.645	8.992.369
Total de Empréstimos e Financiamentos	14.021.520	11.705.998

	Taxa	Vencimento
BADESC	4% a 5% a.a. +TLP	15/07/2024
Oikocredit	5,5% a 8% a.a + TJLP	08/11/2025

Garantias

BADESC	Reserva de Meios de Pagamento
OIKOCREDIT	Caução de Títulos por Notas Promissórias

5.5 Provisões para Contingências

	31/12/2020	31/12/2019
Provisão p/ Indenização 1/12 Avos	872	26.371
Cíveis	82.612	68.708
Total Contingências	83.484	95.079

A organização somente mantém provisões para contingências cíveis e trabalhistas cuja possibilidade de perda foi avaliada como de risco “provável” e “possível” pelos assessores jurídicos externos. O valor de R\$ 31.158 sobre o montante contabilizado em 31/12/2020 refere-se a processos com probabilidade de perda possível.

Devido aos contratos de Prestação de serviços na Região do Rio Grande do Sul, há um provisionamento de R\$ 872 (oitocentos e setenta e dois reais) para possível indenização de 1/12 avos.

6. PATRIMÔNIO SOCIAL

São os superávits computados em exercícios anteriores que formam o total do Patrimônio Social da Casa do Microcrédito.

	Reapresentado	
	31.12.2020	31.12.2019
Patrimônio Social	11.005.268	10.232.327
Total	11.005.268	10.232.327

O superávit do exercício de 2020 foi de R\$ 109.213 (Cento e nove mil duzentos e treze reais).

7. TRABALHO VOLUNTÁRIO

De acordo com o item 19 da ITG 2002/15-R1, que trata de Entidade sem Finalidade de Lucro, a Organização deve reconhecer o valor justo da prestação do serviço voluntário como se este tivesse ocorrido com desembolso financeiro. No exercício não foram realizados trabalhos voluntários.

8. RESULTADO

8.1 Receita com Programas de Crédito

As receitas decorrentes das atividades operacionais estão compostas dos seguintes valores:

	31.12.2020	31.12.2019
Receita Operacional de Empréstimos	5.026.728	4.941.665
Receita Operacional de Recebíveis	333.632	166.991
Taxa de abertura de crédito (TAC)	293.900	311.021
Total Receita com Programas de Crédito	5.654.261	5.419.677

8.2 Custo com Programas de Créditos

	31.12.2020	31.12.2019
Juros e Encargos s/ Empréstimos	1.567.361	1.108.502
Provisão para Perdas e Contingências	678.943	501.768
Reversão da Provisão para Perdas	(177.465)	(256.970)
Total Custo com Programas de Créditos	2.068.839	1.353.300

8.3 Despesas Comerciais

As despesas comerciais estão demonstradas a seguir:

	31.12.2020	31.12.2019
Representantes Comerciais	362.389	412.746
Locomoção/Combustível/Estacionamento	171.833	169.997
Propaganda e Publicidade	73.031	77.016
Total Despesas Comerciais	607.253	659.759

8.4 Outras Receitas (Despesas)

Outras Receitas/Despesas são classificadas no quadro abaixo:

	31.12.2020	31.12.2019
Receita de Honra de Garantias	80.272	3.074
Recebimento Distribuição Dividendos	39.123	44.000
Receitas Maquinas CM Brasil Pay	32.505	45.123
Receita TCG – SC Garantias	2.876	55.742
Outras Receitas	6.238	20.944
Total	161.014	168.883

8.5 Resultado Financeiro

Os valores registrados na conta de receita financeira referem-se aos juros, multas e taxas administrativas recebidas e receitas de aplicação financeira, e os registros nas contas de despesas financeiras referem-se a descontos concedidos, tarifas e despesas bancárias, conforme destacado abaixo:

Receitas Financeiras	31.12.2020	31.12.2019
Rendimento de Aplicação Financeira	243.925	394.977
Juros/Multas por Atraso	311.821	402.837
Receitas Financeiras Diversas	5.694	13.502
Total das Receitas Financeiras	561.440	811.316

Despesas Financeiras	31.12.2020	31.12.2019
Descontos Concedidos	(466.649)	(300.686)
Despesas Bancárias	(100.647)	(91.656)
Tarifas Diversas	(39.387)	(37.816)
Total das Despesas Financeiras	(606.683)	(430.158)

Resultado Financeiro Líquido	(45.243)	381.158
-------------------------------------	-----------------	----------------

9. SEGUROS (Não Auditado)

A Organização mantém contratado junto à SOMPO SEGUROS, seguro de seus bens com valores julgadas suficientes para a cobertura de eventuais sinistros. O término da vigência da apólice de seguro está previsto para 31 de dezembro de 2020.

10. IMPACTOS COVID-19

A partir de março deste ano com início das restrições de mobilidade diante da pandemia relacionada à COVID-19, o cenário mundial teve mudanças significativas, e a Organização vem tendo reflexos negativos em sua operação, por conta redução econômica de seus clientes, diminuídas por medidas de isolamento decretados por entes governamentais.

Diante desse contexto, foram instauradas diversas ações, sendo fator de grande preocupação a expectativa de elevados níveis de inadimplência e conseqüentemente carteira em risco. Foram desenvolvidos planos de contingências emergências para os clientes, através da prorrogação de até 3 parcelas dos contratos ativos que apresentavam dificuldade na liquidação imediata em função da pandemia. Essas parcelas foram por sua vez, prorrogadas para o final dos contratos ativos, compromissos esses capitalizados a 1% a.m., de forma que dependendo prazo da amortização, se tornaram 4 ou 5 parcelas, no intuito de manter o valor periódico de pagamento dos clientes em conformidade com o contrato ativo. As prorrogações das parcelas nesse momento, foi extremamente relevante para mitigação da inadimplência e risco da organização, sendo ainda destacada no sistema financeiro da Organização através da uma linha de financiamento separada denominada “PLANO DE CONTINGÊNCIA – COVID-19”, para demonstração e apuração dos reais indicadores de desempenho e comportamento dos indicadores, bem como acompanhar devidas as liquidações.

Por outro lado, umas das ações implantadas meados do mês de maio, foi uma linha de crédito em caráter emergência de apoio ao empreendedor denominada “EMERGENCIAL COVID-19/20”, com taxas inferiores as taxas médias praticadas pela organização e carências superiores as normalmente praticadas. Tal ação foi fundamentada em reuniões semanais pela Diretoria Executiva da organização, no intuito de minimizar os impactos da pandemia na economia local.

Por fim, e diante de reflexos na evolução do Covid-19, a Organização continua monitorando o mercado e suas possíveis conseqüências para a empresa, podendo tomar novas ações para que diminuam ou não impactem em suas demonstrações financeiras.

CASA DO
MICROCREDITO:04400
464000146

Assinado de forma digital por
CASA DO
MICROCREDITO:04400464000146
Dados: 2021.07.08 17:24:59 -03'00'

Luiz Alberto Silvério
Presidente

MARILIA VIEIRA
MEDEIROS DE
SOUZA:00887070914

Assinado de forma digital por
MARILIA VIEIRA MEDEIROS DE
SOUZA:00887070914
Dados: 2021.07.08 17:25:30 -03'00'

Marilia Vieira Medeiros de Souza
Contadora

**PARECER DO CONSELHO FISCAL DA CASA DO
MICROCRÉDITO
REFERENTE AS CONTAS DO EXERCÍCIO SOCIAL DO
PRIMEIRO SEMESTRE DE 2020.**

Examinamos as demonstrações contábeis da CASA DO MICROCRÉDITO no período entre os dias 01/01/2020 a 30/06/2020, elaborados sob a responsabilidade de sua administração.


Após a apresentação do parecer da Auditoria Externa Martinelli Auditores que foi contratada para o Exercício de 2020, nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas usuais, tendo sido examinados por amostragem os documentos e procedimentos contábeis.

Em nossa opinião, os documentos apresentados, os procedimentos contábeis e as demonstrações contábeis acima referidas, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial da entidade em 30/06/2020 em conformidade com o Parecer da Auditoria Externa.


Diante do exposto, nossa indicação é pela APROVAÇÃO, das contas da administração da entidade referente ao exercício do Primeiro semestre de 2020.

Tubarão, 01 de outubro de 2020.

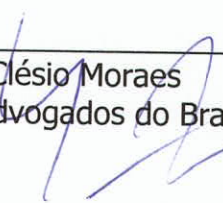
Entidade e membros do Conselho Fiscal:



Sr. Luís Henrique Magalhães Dal Molin
FAMPESC- Federação das Associações de Micro e Pequenas
Empresas e Empreendedor Individual de Santa Catarina



Sr. Rafael Bittencourt Costa
UNISUL- Universidade do Sul de Santa Catarina



Sr. Clésio Moraes
OAB- Ordem dos Advogados do Brasil- Tubarão

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA CASA DO MICROCRÉDITO

REFERENTE ÀS CONTAS DO EXERCÍCIO SOCIAL DO SEGUNDO SEMESTRE DE 2020.

Examinamos as demonstrações contábeis da CASA DO MICROCRÉDITO no período entre os dias 01/07/2020 a 31/12/2020, elaborados sob a responsabilidade de sua administração.


Após a apresentação do parecer da Auditoria Externa Martinelli Auditores que foi contratada para o Exercício de 2020, nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas usuais, tendo sido examinados por amostragem os documentos e procedimentos contábeis.

Em nossa opinião, os documentos apresentados, os procedimentos contábeis e as demonstrações contábeis acima referidas, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial da entidade em 31/12/2020 em conformidade com o Parecer da Auditoria Externa.

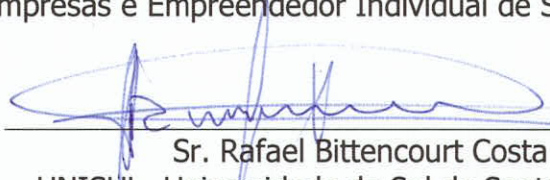
Diante do exposto, nossa indicação é pela APROVAÇÃO, das contas da administração da entidade referente ao exercício do Segundo semestre de 2020.

Tubarão, 31 de março de 2021.

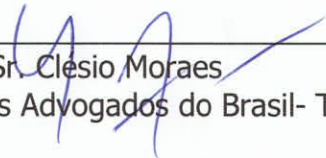
Entidade e membros do Conselho Fiscal;



Sr. Luis Henrique Magalhães Dal Molin
FAMPESC- Federação das Associações de Micro e Pequenas
Empresas e Empreendedor Individual de Santa Catarina



Sr. Rafael Bittencourt Costa
UNISUL- Universidade do Sul de Santa Catarina



Sr. Clésio Moraes
OAB- Ordem dos Advogados do Brasil- Tubarão